Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003
(Do Sr. Marcelo Castro e outros)

Suprime o § 5º do art. 14 e dá nova redação ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, aos §§ 1º e 2º do art. 46 e ao caput do art. 82, para pôr fim à reeleição majoritária, determinar a simultaneidade das eleições e a duração de cinco anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo.

Emenda nº _____

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003:

Art. Xº O §5º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 14

.....
.....

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido por período superior a 6 meses no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

.....
.....

JUSTIFICAÇÃO

A instituto da reeleição foi implementado pela Emenda Constitucional nº 16/1997 com fundamento no postulado da continuidade administrativa. Após sua edição, a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral se inclinou no sentido de que o vice-prefeito que assumir a chefia do Poder Executivo em decorrência do afastamento, ainda que temporário, do titular, somente poderia se candidatar ao cargo de prefeito para um único período subsequente.

Em outras palavras, aquela Corte entendeu que o vice que houver substituído o titular e, nas eleições seguintes, se eleger prefeito, estaria inelegível para o segundo mandato da prefeitura. Esse também tem sido o entendimento do Supremo Tribunal Federal-STF, que no Agravo de Instrumento no RE nº 756073 decidiu que *os prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso do mandato poderão ser reeleitos para um único período subsequente*.

Entretanto, existem julgados do TSE que, consideradas as peculiaridades dos casos analisados, notadamente o curto período do exercício do cargo de prefeito, concluíram pela não configuração da inelegibilidade em comento (AGR-Respe nº 83-50/PB, Rel. Min. Henrique Neves, DJe de 25.4.2013 e AgR-Respe nº 53-73/MA, Rel. Min. Luciana Lóssio, PSESS de 17.12.2012).

É o caso, por exemplo, do candidato, segundo colocado no pleito, que, em razão da cassação do eleito, assumiu o cargo em uma sexta-feira e foi afastado, em razão do retorno do prefeito por foça de liminar concedida, na segunda-feira. A Corte Superior entendeu que essa ascensão ao cargo não configurou mandato para fins de reeleição, entendimento mantido pelo STF no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 782.434, de relatoria da Min. Cármen Lúcia, em sessão de 8.2.2011.

Até então, o desenho do entendimento das duas mais importantes Cortes do País em matéria eleitoral (TSE e STF) era o seguinte: aquele que, por qualquer razão substituir o titular, caso seja eleito prefeito não poderá gozar do instituto da reeleição. Entretanto, se essa substituição se der em caráter temporário de, por exemplo, 3 dias (como no julgado citado acima), não haverá vedação à recondução ao cargo, se for eleito a chefe do Executivo.

Eis que, em dezembro de 2016, o TSE, ao julgar o caso do Presidente da Câmara de Vereadores de Itabirito/MG (que exerceu o cargo de Prefeito por quase um ano por força de dupla vacância no Executivo), decidiu que a assunção à

prefeitura (como Presidente da Câmara) não configuraria mandato (REspe nº 109-75.2016.6.13.0133/MG).

A Corte certamente teve plausíveis razões para concluir dessa forma, o que não afasta o fato de que essa decisão tornou assaz confusa a jurisprudência eleitoral no tocante ao instituto da reeleição.

Em verdade, o entendimento do Tribunal é casuístico. Tanto o é, que o Ministro Henrique Neves sugeriu, em debate com a Ministra Luciana Lóssio na sessão de julgamento do Respe nº 109-75.2016.6.13.0133/MG, que a reforma política em andamento no Parlamento poderia equalizar a questão. Segue transcrição do debate:

O SENHOR MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA:
Com todo o respeito, faço uma pergunta: qual seria o limite *[para que o vice substitua o titular sem que se configure mandato]*? Uma semana? Um mês? Quinze dias? Três meses? **Porque seria um limite subjetivo verificar que numa situação ficou muito tempo e em outra pouco tempo.** O que seria muito tempo e o que seria pouco tempo?

A SENHORA MINISTRA LUCIANA LÓSSIO (relatora): A Constituição não estabelece o tempo. Então, a rigor, qualquer tempo é tempo.

(...)

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX: É preciso utilizar um critério objetivo.

**O SENHOR MINISTRO HENRIQUE NEVES DA SILVA:
Já que estamos em época de reforma, não seria mal se o Congresso pudesse também ajustar...**

Diante desses fatos, esta emenda pretende equacionar a questão para que eventuais substituições do cargo de chefe do Executivo pelo vice não configurem mandato para fins de reeleição (caso esse vice seja eleito prefeito).

Assim, retiramos a palavra “substituído” do texto do §5º do art. 14 da CF, para que somente a **sucessão** (ou seja, ascensão em caráter permanente ao cargo do titular) seja considerada, de fato, mandato.

Registramos no texto constitucional, por meio da inclusão do §5ºA, que as sucessões ocorridas dentro dos seis meses anteriores ao término do mandato também não será considerado caso de inelegibilidade para fins de reeleição.

Dessa forma, o Vice-Prefeito que se eleger Prefeito terá direito a reeleição a esse cargo, ainda que na condição de vice tenha substituído o titular por qualquer prazo. Em relação à sucessão, somente quem suceder o titular por prazo superior a 6 meses durante o mandato se tornará inelegível para um segundo mandato como chefe do Executivo.

Sala das Sessões, de de 2017.

Sala das Sessões, de maio de 2017.

Weverton Rocha
Deputado Federal (PDT/MA)